

ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES A PARTIR DA TUTORIA INCLUSIVA

LUIZA DA CONCEIÇÃO DA ROSA¹

MICHELLE COITINHO DE OLVEIRA²

¹*Universidade Federal de Pelotas – luizacr2000@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – michelle.oliveira@ufpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

O direito à educação é um dos fundamentos da cidadania, assegurado por diversos instrumentos nacionais e internacionais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) garante o acesso à educação superior em condições de igualdade. No Brasil, a Constituição Federal (BRASIL, 1988, ART. 205) determina que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao exercício da cidadania.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece que “a educação especial passa a ser definida como modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e serviços e orienta quanto à sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2008). Essa perspectiva implica mudanças significativas na organização escolar e pedagógica para garantir a inclusão (BRASIL, 2008).

Segundo MANTOAN (2011), “a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno – segundo suas capacidades e talentos – e de um ensino participativo, solidário e acolhedor”. Além disso, a Declaração de Salamanca reforça que “as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (UNESCO, 1994).

Ainda assim, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil enfrentam desafios, como demonstram dados do IBGE (2025), que indicam que apenas 7,4% das pessoas com deficiência com 25 anos ou mais concluíram o ensino superior, enquanto esse percentual é de 19,5% para pessoas sem deficiência. Esses números evidenciam barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que dificultam a inclusão plena no ensino superior.

Na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a Coordenação de Acessibilidade (COACE), vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, desenvolve ações de conscientização, formação, adaptação de materiais, disponibilização de intérpretes de Libras, apoio psicopedagógico e tutoria inclusiva,

buscando garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os desafios e possibilidades da acessibilidade no ensino superior a partir da experiência como bolsista tutora na COACE da UFPel, apresentando estratégias adotadas e analisando as barreiras enfrentadas no cotidiano acadêmico.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Atualmente, atuo como bolsista tutora na Coordenação de Acessibilidade (COACE) da UFPel, acompanhando estudantes com diferentes tipos de deficiência e com TEA. O trabalho de tutoria tem se configurado como um espaço de apoio pedagógico, acolhimento e mediação, com o objetivo de favorecer a permanência e a inclusão desses estudantes no ensino superior.

As atividades desenvolvidas envolvem encontros individuais regulares, nos quais busco compreender as necessidades específicas de cada tutorado, respeitando seus contextos sociais, trajetórias acadêmicas e condições pessoais. Nesse processo, oriento sobre a organização da rotina de estudos, ensino o uso de recursos tecnológicos assistivos e realizo a mediação com professores e setores acadêmicos, a fim de assegurar que os estudantes encontrem condições adequadas para desenvolver suas atividades e avançar em seus percursos formativos.

No início da minha atuação, um dos principais desafios encontrados foi a adaptação mútua ao processo de tutoria. Muitos estudantes apresentavam dificuldades em compreender a dinâmica das sessões, seja pela falta de experiência prévia em programas de acompanhamento, seja por barreiras impostas pela própria rotina acadêmica. A frequência irregular também se mostrou uma questão significativa, pois diversos tutorados não conseguiam comparecer assiduamente aos encontros em função de deslocamentos, questões pessoais ou sobrecarga de atividades. Isso exigiu a construção de metodologias mais flexíveis, que contemplassem tanto encontros presenciais quanto atendimentos em outros formatos de comunicação, garantindo a continuidade do acompanhamento.

Com o passar do tempo, foi possível aperfeiçoar os métodos de ensino e aprendizagem, ajustando-os de acordo com as demandas de cada estudante. As tutorias passaram a representar não apenas um espaço de apoio acadêmico, mas também uma referência dentro da universidade, já que muitos estudantes veem no tutor a figura de escuta, orientação e confiança que, por vezes, é a única a mediar suas dificuldades e potencialidades no ambiente acadêmico.

Dessa forma, a experiência enquanto tutora no COACE evidencia não apenas os desafios cotidianos do acompanhamento, mas também a relevância dessa atuação para a efetiva inclusão dos estudantes. As reflexões apresentadas servem

de base para compreender a importância da tutoria como estratégia institucional de apoio, o que conduz à discussão final acerca de sua contribuição para a permanência acadêmica e para a redução das desigualdades.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tutoria inclusiva revelou-se uma ferramenta essencial para a superação das barreiras enfrentadas por estudantes com deficiência e com TEA na universidade, contribuindo de forma significativa para sua permanência, sucesso acadêmico e integração no ambiente acadêmico. A atuação individualizada permite compreender as demandas específicas de cada estudante, favorecendo adaptações pedagógicas efetivas e o fortalecimento de vínculos de apoio e confiança, muitas vezes sendo a única referência institucional para o estudante.

Todavia, persistem desafios que demandam atenção contínua, como a necessidade de maior capacitação docente, investimentos em infraestrutura acessível e ampliação de políticas institucionais de inclusão. Para avançar, é preciso fortalecer a formação continuada e promover sensibilização institucional.

Recomenda-se, portanto, o fortalecimento da tutoria inclusiva, aliado a uma maior articulação entre os diferentes setores da universidade, para assegurar um ambiente cada vez mais acolhedor, equitativo e comprometido com a inclusão plena de todos os estudantes.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5761-politica-nacional-educacao-especial&category_slug=agosto-2008-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/udhr/pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 15 jul. 2025.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas em Educação para Pessoas com Necessidades Especiais. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427_por. Acesso em: 15 jul. 2025.